



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 91, DE 2012

(Do Sr. Roberto Freire)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle efetue ato de fiscalização e controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, para investigar denúncia de irregularidades na compra e na gestão do Banco Votorantim realizada pelo Banco do Brasil.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requeiro que V.Exª se digne, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, a adotar as medidas necessárias para efetuar ato de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial no processo de compra e de *aporte de recursos realizados pelo Banco do Brasil no Banco Votorantim*.

JUSTIFICATIVA

Segundo denúncias veiculadas em diversos meios de comunicação, o processo de compra e de participação do Banco do Brasil no Banco Votorantim incorreu em diversos problemas. Isto ficou mais evidente com a entrevista de ex-presidente Lula quando afirmou que sua ingerência política foi o fator determinante para a compra do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil. Como afirmou o jornalista Carlos Alberto Sardemberg em recente artigo publicado no Jornal O Globo: “... Lula disse que mandou o Banco do Brasil comprar o Votorantim, porque este tinha uma boa carteira de financiamento de carros usados e era preciso incentivar esse setor. O BB comprou 49,99% do capital pelo valor de R\$ 4,2 bilhões de reais, salvou o Votorantim quando a inadimplência ultrapassava todos os padrões. Ou seja, um péssimo negócio, conforme muita gente alertava. Mas como o próprio Lula explicou: “Quando fui comprar 50% do Votorantim, tive que me lixar para a especulação”. Esta decisão acarretou, segundo informações divulgadas na imprensa, prejuízos de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

Infelizmente, os problemas do Votorantim parecem não ter terminado. No final do mês passado, o Banco do Brasil e a Votorantim Financeira revelaram que fariam um novo aporte de capital social em partes iguais do BB e do Votorantim, de R\$ 1 bilhão cada, segundo fato relevante enviado ao mercado pelo banco estatal.

O objetivo da capitalização é dar novo fôlego ao banco. O Votorantim vem sofrendo pesadas perdas em consequência dos calotes tomados principalmente no financiamento de veículos novos. O aumento nas provisões

deixou a instituição com um índice de Basileia de 13%, perto do mínimo exigido pelo Banco Central (BC), que é de 11%. No primeiro trimestre de 2009, quando da sua compra pelo BB, o Votorantim teve prejuízo de R\$ 597 milhões.

Segundo William Mendes, secretário de Formação da Contraf-CUT e coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, “..é um absurdo sem tamanho nesse momento, em que a crise europeia bate à porta, o BB alocar mais um bilhão de reais no banco. Esse aporte vai causar impacto negativo no resultado do Banco do Brasil e comprova mais uma vez que a aquisição de parte do Votorantim foi um péssimo negócio e um grande equívoco da diretoria e do Governo Federal, como a Contraf-CUT inúmeras vezes apontou na época. Será que não houve auditoria para tomar conhecimento da carteira de crédito do banco quando o BB fez o negócio?”.

A imprensa tem denunciado, também, que os salários dos executivos do alto escalão do Votorantim giravam entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil, mas os bônus superavam os milhões. Um ex-presidente do Banco Votorantim teria ganhado R\$ 13 milhões num só ano. Os vice-presidentes ganharam um pouco menos, R\$ 11 milhões. Mesmo em 2011, quando o BV teve prejuízo, os bônus individuais iriam alcançar R\$ 4 milhões. O BB proibiu a distribuição, dado o péssimo resultado do banco.

Para podermos comparar, em 2010, a média paga pelo Bradesco aos diretores foi de R\$ 3,7 milhões por executivo; no Itaú, R\$ 8,1 milhões (R\$ 5,2 milhões em bônus); e no Santander, R\$ 4,7 milhões (R\$ 2,8 milhões em bônus). Seguindo o que acontece nas empresas estatais, o Banco do Brasil tem uma remuneração mais baixa, de R\$ 717 mil (R\$ 246 mil em bônus).

Ou seja, como pode o Estado colocar bilhões de reais em um banco que sequer é gerido pelo governo? Até agora o que vimos é o BB entrar com o dinheiro para cobrir prejuízo de más gestões e algumas pessoas levando milhões pela incompetência e operações estranhas às boas práticas de mercado bancário.

Infelizmente, esse é um exemplo escandaloso de malversação de recursos públicos federais e deve, portanto, ser fiscalizado pelo Poder Legislativo. Os recursos aportados pelo Banco do Brasil no Banco Votorantim tem causado prejuízos aos acionistas do Banco do Brasil e, conseqüentemente, aos contribuintes.

Diante do exposto, requeiro a aprovação da presente Proposta de Fiscalização e Controle.

Sala da Comissão, em 11 de julho de 2012.

Deputado ROBERTO FREIRE
PPS/SP

FIM DO DOCUMENTO
